

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: A COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE OS VENEZUELANOS EM CUIABÁ

MIGRATION AND HUMAN RIGHTS: JOURNALISTIC COVERAGE ON VENEZUELAN IN CUIABÁ

Recebido em: 16/07/2020

Aceito em: 28/09/2020

Cristóvão Domingos de Almeida¹
José Elias Antunes Neto²

Resumo: Este artigo aborda a situação dos venezuelanos em Mato Grosso, especialmente na capital do estado, Cuiabá. Trata-se de uma análise sob a luz dos princípios éticos do jornalismo e tem como base as reportagens sobre a acolhida dos venezuelanos, veiculadas em 2018 e 2019, numa das emissoras de maior audiência do estado, a TV Centro América, afiliada da rede Globo. Buscou-se entender de que forma se deu a cobertura jornalística dos acontecimentos sobre a presença dos venezuelanos e os efeitos de sentidos produzidos, principalmente, pelas instituições de apoio aos migrantes. Evidenciou-se que as narrativas da mídia ocorreram pelo viés da crise humanitária e pela vulnerabilidade dos migrantes. Com isso, os direitos dos venezuelanos foram ressaltados por conta das ausências, busca pela sobrevivência, desconsiderando a resistência e a particularidade cultural dos povos em deslocamentos.

Palavras-chave: Migração, Direitos Humanos, Comunicação e Jornalismo.

Abstract: This article addresses the situation of Venezuelans in Mato Grosso, especially in the state capital, Cuiabá. It is an analysis under the light of the ethical principles of journalism, based on the reports on the welcome of Venezuelans broadcast, in 2018 and 2019, on one of the most watched broadcasters in the state, TV Centro América, affiliated with the Globo network. We seek to understand how journalistic coverage of events about the presence of Venezuelans and the effects of meanings produced mainly by institutions that support migrants took place. We show that the media narratives occurred due to the bias of the humanitarian crisis and the vulnerability of migrants. As a result, the rights of Venezuelans were emphasized due to their absences, the search for survival, disregarding the resistance and cultural particularity of peoples on the move.

Keywords: Migration, Human Rights, Communication and Journalism.

INTRODUÇÃO

¹ Docente no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e no curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: cristovaoalmeida@ufmt.br

² Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso e jornalista da TVCA. E-mail: jo.elias@terra.com.br

A migração é uma questão que desafia as políticas socioeconômicas ao longo dos tempos. Canclini (1997, p. 312) afirma que “não é por acaso que a reflexão mais inovadora sobre a desterritorialização esteja se desenvolvendo na principal área de migrações do continente, a fronteira do México com os Estados Unidos”.

Canclini (1997) refere-se aos anos setenta, sobre a luta pelo “sonho americano” em uma “aventura” dos latinos que nunca deixaram de se arriscar para entrar nos Estados Unidos. Muitos deles ingressaram de forma ilegal, com o apoio dos coiotes. Entretanto, a migração vem se configurando como uma temática internacional, cada vez mais complexa, em decorrência de diversos fatores, entre eles, o crescimento populacional e as demandas necessárias para garantir a estabilidade humana, como emprego, renda, saúde, educação, segurança e moradia. Diante dessa realidade, a migração torna-se um tema inerente a todos os cidadãos que vivem e participam do destino da humanidade.

Diante dessa perspectiva, a mídia tem grande relevância para contribuir com a interpretação das políticas de apoio aos migrantes, dos direitos, da trajetória e das condições que deixaram suas pátrias e atravessaram as fronteiras, das realidade em que eles chegam e a luta pela sobrevivência e pelas melhorias das condições de vida. Uma pergunta chave para os jornalistas envolvidos na cobertura do tema é: como noticiar o fluxo migratório sobre os venezuelanos e de que forma os imigrantes veem-se, sendo divulgadas suas condições, situações e realidades.

Dessa forma, o artigo visa refletir sobre essas realidades e pontuar as coberturas jornalísticas como possibilidade de fomentar acolhida, sociabilidade e tratamento digno e harmonioso entre as pessoas. E, no caso em questão, os deslocamentos dos venezuelanos, por necessidade e não por vontade própria, exige-se cuidado ainda mais apurado do jornalista porque eles chegam desassistidos, sem recursos financeiros e nem condições para o recomeço. Os imigrantes trazem os diferentes problemas inerentes aos que deixam os países de forma intempestiva: a fome, as doenças e perseguições.

A realidade dos que chegam em solo brasileiro exige várias etapas para resolução dos problemas ou para, pelo menos, minorar as dificuldades e serem incluídos nas dimensões socioculturais e dos direitos humanos. Desse modo, os fluxos migratórios, com essas realidades de exclusões e ausências, desencadeiam reportagens sobre o assunto. Neste artigo, pontuar-se-ão três reportagens veiculadas na TV Centro América, filiada da Rede Globo,

abordando a chegada dos venezuelanos e, assim, poder-se-á compreender a crise humanitária, as exclusões sociais, a luta pela sobrevivência e a dimensão da esperança de dias melhores, fator mobilizador para se reconquistar a dignidade.

COMUNICAÇÃO E MIGRAÇÕES

A noticiabilidade é fundamental; por isso, articula-se com o pensamento de Wolton (2006, p. 26), no sentido de que “comunicar é sempre desejar compreender o mundo. Isso pressupõe que o homem possa abrir-se para o mundo”.

Em se tratando dos venezuelanos que migraram para o Brasil para fugirem da crise que se instalou na Venezuela, os profissionais da comunicação caminham em uma linha tênue para noticiarem e contarem as histórias dos que chegam em solo brasileiro. A narrativa percorre sentimentos, valores familiares e culturais, segurança, saúde, trabalho e moradia. Um tema constante é a fragilidade humana dos que chegam. Ainda que não se fale com frequência a palavra fragilidade, ela se faz presente nas narrativas diante do que os venezuelanos precisam passar, para que tenham garantidas, minimamente, as condições necessárias para que permaneçam nos países onde eles escolheram para reconstruir e melhorar as condições de vida. É importante dizer que, em condições subalternas e mais fragilizados, estão os indígenas venezuelanos. Sobre essa situação, há reportagens noticiando que “um grupo de imigrantes venezuelanos está acampado nas proximidades da Rodoviária Engenheiro Cássio Veiga de Sá, em Cuiabá, desde o dia 1º de janeiro”.

Diante do exposto, é imprescindível que se busque conhecer o outro, no caso, venezuelanos indígenas ou não, ainda que o idioma seja uma das barreiras para o entendimento e acolhida, mas é importante divulgar as histórias, permitir acesso e oportunidades, tendo como fonte os próprios imigrantes. Martins (2001, p. 43) afirma que “conhecer é atividade especificamente humana. Ultrapassa o mero ‘dar-se conta de’, e significa ‘a apreensão, a interpretação’.

No campo comunicacional, é imprescindível que se conheça o outro, a luta, a trajetória, a história e a cultura do ser humano como a razão principal da notícia. Diante dessas observações, a prática da comunicação realiza-se com responsabilidade social,

contribuindo para a garantia dos direitos e deveres de cada cidadão, seja ele nativo, originário ou migrante.

Entende-se por migrante quem faz o deslocamento, muda o lugar de residência para habitar e viver em outro. Segundo Sayad (1998, p. 15)

[...] a imigração é em primeiro lugar, um deslocamento de pessoas no espaço, e antes de mais nada no espaço físico (...) Mas o espaço dos deslocamentos não é apenas um espaço físico, ele é também um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente (sobretudo através das duas realizações culturais que são a língua e a religião).

O autor, ao aplicar essa definição com esse grau de simplicidade, que pode ocorrer ou não em condições de normalidade socioeconômico e político. No contexto instável de mobilidade, o migrante transforma-se em um indivíduo fragilizado e se desloca quase sempre pela força do caos. Na instabilidade, muitos são obrigados a deixar os países de origem. É o caso dos que deixaram a Venezuela depois da crise iniciada no governo de Hugo Chaves e se agravou na administração de Nicolás Maduro.

O Brasil foi um dos países onde os venezuelanos procuraram abrigo, emprego e renda para o processo de reconstrução da vida. Sem pretender reduzir a história, apoia-se na observação de imigrantes que chegaram na Capital de Mato Grosso, Cuiabá, como ponto principal de referência para a nossa análise. Apesar do recorte da abordagem, a temática em impacto no contexto geral.

É o que demonstram os acontecimentos dessa natureza, ao longo dos anos, ao redor do mundo e que se agravaram nas últimas décadas. Os números divulgados pela agência da ONU para Refugiados (ACNUR, 2020) dão conta de que, até o fim de dois mil e dezenove, o mundo tinha 79,5 milhões de pessoas que se encontravam em situação de deslocamento forçado, entre eles 42,5% refugiados ou solicitantes de refúgios. Esse número, em relação a 2010, é quase o dobro, uma vez que, naquele ano, eram 41 milhões de indivíduos.

Nesse levantamento, os venezuelanos se apresentam como parte dessa realidade, ainda de acordo com os números da agência da ONU, com base nos números do Comitê Nacional dos Refugiados.

A crise na Venezuela também está por trás dos números do refúgio no Brasil: o país tem atualmente 43 mil estrangeiros nessa condição, segundo balanço do Comitê

Nacional para os Refugiados (Conare). (...) Desse total, cerca de 88% são venezuelanos, quase todos aprovados nos últimos seis meses.

O documento da ONU demonstra ainda que oitenta milhões de pessoas deslocadas pelo mundo deixaram as próprias casas para fugir de perseguição, violência, conflitos e violações de direitos humanos.

A COBERTURA JORNALÍSTICA E ACOLHIDA DOS VENEZUELANOS EM CUIABÁ

Fevereiro de dois mil e dezoito foi o ponto de partida para as narrativas sobre uma nova realidade que mudaria a paisagem de Cuiabá. Para isso, é importante compreender as condições da saída em massa de homens, mulheres, crianças e idosos da Venezuela. Localizada no norte da América do Sul, a Venezuela é um país que faz fronteira com o Brasil, Colômbia, Guiana Francesa e é banhado pelo mar do Caribe. No início do século XX, passou a viver uma nova realidade econômica com a descoberta de reservas de petróleo em seu território. Membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEPE), com uma das maiores reservas do mundo. O produto transformou-se no principal *commodity* de sustentação do país.

A queda do preço do petróleo no mercado internacional foi um dos motivos para a crise econômica, agravada com a questão política. Em junho de dois mil e catorze, o preço do barril do petróleo era de US\$111,87 e, em janeiro de dois mil e quinze, caiu para US\$48,07, com reflexo direto no Produto Interno Bruto do país. Com ausência de recursos financeiros, o governo parou de comprar produtos básicos do cotidiano da população, dentre eles, remédio e alimentação. Os problemas estruturais e políticos chamaram a atenção do mundo para a Venezuela, que entrou no foco do noticiário internacional.

Fatores externos também contribuíram para complicar ainda mais a situação, entre os quais, a pressão do capitalismo. Em dois mil e dezessete, os Estados Unidos da América, liderados pelo presidente Donald Trump, impuseram uma série de sanções econômicas contra o governo de Nicolás Maduro. Com as sanções, além de faltar os itens alimentação e remédio, o pouco que se encontrava tinha preços exorbitantes.

Diante dessa realidade, o país passou a viver uma das maiores crises da história, vivencia também as dificuldades políticas, obrigando um número sem precedente de famílias

ao êxodo. Deixaram a própria terra em busca de guarida ao redor do mundo. São várias as modalidades de êxodos, como o rural, pessoas que deixam o campo para a cidade; internacional, de um país para o outro. Na Venezuela, ocorreram as duas formas para o âmbito externo e, também, houve mobilidade interna.

É importante recordar que, no Brasil, já ocorreu em grande escala o êxodo interno. Inúmeras pessoas, por diversas razões, foram motivadas a exercer essa retirada do campo para a cidade. Inicialmente, um dos motivos seria a busca de melhores condições de vida nos centros urbanos. Ao longo dos anos, surgiram outros motivos, como a mecanização, a monocultura nos latifúndios e, por último, a informatização com a produção em larga escala de alimentos para atender as necessidades do mercado internacional e os conglomerados econômicos. Esse assunto foi tratado por Castro (2008, p. 269).

Em face da fraqueza do poder público central, os interesses colonialistas manipularam no sentido de que o processo econômico se limitasse a ampliar os lucros de um pequeno número de proprietários agrícolas, associados em sua aventura colonial, sem atingir, no entanto, o conjunto da população. (...) Por outro lado, a consequência da centralização e da política de fachada da República foi o quase abandono do campo e o surto de urbanização que se processou entre nós a partir dos fins do século passado.

O êxodo urbano, caracterizado por pessoas que deixam a cidade para o campo existe, porém em escala menor. Os deslocamentos são fenômenos humanos que existem desde antes de Cristo. Moisés haveria liderado o povo hebreu para a saída das terras egípcias em direção à Canaã, a “Terra Prometida”. Com o passar dos tempos, conflitos internos nos países de origem obrigaram os habitantes de diferentes nações a buscarem refúgio ou tentarem uma nova vida em territórios estrangeiros. Há também os que migram por livre e espontânea vontade e, nesse caso, normalmente, em busca de novos conhecimentos e espaços para reconstruir a vida.

Diferentemente dos cidadãos estrangeiros que tentam entrar nos Estados Unidos pela fronteira com o México na modalidade êxodo internacional, os vizinhos venezuelanos não tiveram dificuldades para adentrar em solo brasileiro. Quem consegue adentrar os Estados Unidos pelas mãos dos “coiotes”, grupos ilegais que vendem a ilusão da segurança e apoio logístico durante a travessia, vive na clandestinidade em uma das maiores economias do mundo, com o risco de ser preso e deportado. Canclini (1997, p. 312) fala sobre essa situação:

[...] Seriam dois milhões, de acordo com as cifras mais tímidas, os sul-americanos que por perseguição e sufocamento econômico abandonaram nos anos 70 a Argentina, o Brasil e o Uruguai? Não é por acaso que a reflexão mais inovadora sobre a desterritorialização esteja se desenvolvendo na principal área de migrações do continente, a fronteira do México com os Estados Unidos.

Como já se pontuou, o número de pessoas deslocadas ampliou-se nos últimos anos. No caso da presença dos Venezuelanos em solo brasileiro, pode-se tirar uma estimativa pelo número de emissão de carteira de trabalho entre 2010 e 2018, foram 49.498 documentos emitidos (OBMIGRA, 2019), evidentemente que pode ter mais venezuelanos sem documentos oficiais, especialmente, na região fronteiriça.

Esse deslocamento dos novos tempos, intimamente ligado às crises humanitária, exige um novo olhar dos jornalistas que contam as histórias de quem chega. A rapidez na forma como ocorre o processo de mudanças traz à lume uma necessidade de cobertura diária. Trigueiro (2003, p.7) fala que “a maior parte do noticiário veiculado na grande mídia traz informações que envelhecem rápido, que são relevantes apenas para o dia de hoje”. Nesse contexto, é que se processou a cobertura diária do fenômeno migratório que se deu com os venezuelanos em Mato Grosso e, conseqüentemente, no Brasil e nos outros países que os acolheram.

Antes da chegada dos primeiros venezuelanos no estado, o assunto já estava no “mapa” dos noticiários. Era preciso contar ao telespectador para se preparar para receber os novos habitantes e, nesse contexto, a essência da comunicação é o ser humano. As outras formas de vida que compõem os sistemas naturais têm o poder de responder por elas sem a nossa interferência, porém, é o ser humano que as escutam e contam a história. Diante dessa realidade, a cobertura jornalística para temas como venezuelanos exige a sensibilidade no trato com as pessoas, por não se tratar apenas de número, mas de sentimentos de quem cuja identidade encontra-se abalada. Ribeiro (2015, p. 27) afirma que “o ser humano é o único capaz de compreender o ser e essa é a característica e o fato fundamental da existência humana. Trata-se, contudo, de caracterizar o homem por sua capacidade de compreendê-lo”.

AS REPORTAGENS SOBRE OS VENEZUELANOS: O INÍCIO

Sem a pretensão de julgar, vamos percorrer pelo fio condutor das reportagens em busca de entendimento sobre o tratamento da mídia para com os venezuelanos para refletir sobre os direitos humanos. Para dar a ideia de evolução dos fatos, abordaremos alguns acontecimentos de forma cronológica. No dia vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, a emissora afiliada à Rede Globo noticiava que Cuiabá receberia um grupo de venezuelanos que, para fugir da crise econômica do país, tentava uma nova vida no Brasil, a partir da estaca zero, dizia a cabeça de matéria, o texto que é dedicado ao apresentador e prosseguia afirmando que eles iriam precisar de muita solidariedade dos moradores de Cuiabá.

Uma intervenção da ONU sinalizou a importância do abrigo para os “refugiados”. A Organização para as Nações Unidas, teria ligado para a Pastoral do Migrante em Cuiabá com um pedido para que a entidade recebesse cerca de cem venezuelanos que foram para Boa Vista, em Roraima, em busca de emprego, moradia e comida. Durante a reportagem, disponível no portal globoplay.com.br, com o título “venezuelanos devem vir para Cuiabá”, o responsável pela Pastoral, padre Pedro Freitas, afirmou: “se a gente pudesse, acolhia mais. Temos quatro quartos, três estão lotados, um têm catorze camas, outros têm cinco camas. Temos o salão e temos a capela aonde vai servir de alojamento” (depoimento em 23/02/18).

No histórico recente da pastoral, havia o acolhimento aos haitianos que vieram para o Brasil depois do terremoto de dois mil e dez. Na pastoral, o estrangeiro pode ficar por até quarenta e cinco dias, mas, diante da dificuldade para conseguir um trabalho, o termo de permanência pode ser estendido. A reportagem dizia ainda que o principal desafio para a Pastoral é o de dar estabilidade financeira para quem chega, o que depende da oferta de emprego para atender a demanda.

O responsável pela Casa do Migrante disse ainda ser necessário receber doativos, como colchões, lençóis e materiais de higiene. Um dos haitianos que ainda se encontrava no abrigo contou sobre as dificuldades encontradas por uma pessoa que deixa o seu país de forma intempestiva em consequência de uma catástrofe ambiental como o terremoto, Omillos disse “uma pessoa, quando sai do seu país em busca de trabalho, deve ter paciência e esperar até que consiga trabalho e se pode entrar com sua família aqui” (depoimento em 23/02/18).

A cobertura jornalística sobre os migrantes evoluiu de acordo com a chegada de novos grupos. A pauta era tratada também nas entradas ao vivo dos telejornais direto dos locais onde se registrava a presença de venezuelanos, recebendo os primeiros atendimentos. Era preciso

trazer o momento, já que no dia seguinte seria necessário narrar novos acontecimentos gerados pela presença dos estrangeiros. Nesse caso, o fenômeno da migração acelerou ainda mais a forma de se fazer jornalismo.

Para Trigueiro (2003, p. 79) representa “o *timing* do noticiário, portanto, é acelerado, e com a evolução das tecnologias na área da comunicação tende a ser cada vez mais instantâneo e interativo”. Ferramentas como *WhatsApp* e transmissões por telefone celular via *Internet* fazem essa interatividade em tempo real. O primeiro grupo chegou a Cuiabá em abril de dois mil e dezoito e eram tratados como mais um grupo em busca de oportunidades.

Entretanto, a presença dos venezuelanos foi se ampliando. No dia vinte e quatro de junho, a edição noturna da TV Centro América, o MT2, noticiava: “Mais um grupo de venezuelanos chegou hoje a Cuiabá. Os refugiados vieram de Roraima e desembarcaram no fim da manhã”. A notícia seguiu com o chamamento de uma repórter, ao vivo, em um ponto movimentado da cidade que contava com um novo elemento no cotidiano, as vítimas da crise no país de origem.

O texto, apresentado a partir do *link*, trazia algumas ações anunciadas pelos governos estadual e federal para atender todos que chegavam. “Os vinte e quatro venezuelanos foram trazidos de Boa Vista, capital de Roraima, em um avião da Força Aérea Brasileira”, ainda segundo o texto da repórter: “Todos haviam sido vacinados, passaram por exames de saúde e tiveram a situação regularizada, inclusive com CPF e carteira de trabalho”. A esse ponto da história, milhares já haviam saído da Venezuela por causa da grave crise socioeconômica e política naquele país. Só em Cuiabá, eram noventa e cinco. Nesse mesmo dia, São Paulo, Rio e Brasília também receberam venezuelanos.

VENEZUELANOS E OS DIREITOS HUMANOS

A garantia dos direitos humanos é o principal desafio para os governos sob todos os aspectos. Em se tratando de povos em mobilidade por questões socioeconômicas e políticas, a observância desses direitos pode ser um dos pontos mais delicados do percurso. As vítimas da crise na Venezuela são de diferentes estratificações sociais e níveis de instrução e, ainda assim, é necessário que se aproxime do que diz a declaração universal dos direitos humanos de mil novecentos e quarenta e oito. Entre os trinta artigos da declaração, o vigésimo quinto é o que mais representa os anseios dos migrantes.

[...] Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.³

Arifa (2016) reflete sobre a aplicabilidade dos direitos humanos em vários sentidos. Entre os problemas apresentados, está a prática do reducionismo de temas complexos, como a questão dos direitos humanos.

[...] A proteção do ser humano contra todas as formas de dominação ou do poder arbitrário é da essência do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Orientado essencialmente à proteção das vítimas, reais (diretas e indiretas) e potenciais, regula as relações entre desiguais, para os fins de proteção, e é dotado de autonomia e especificidade própria.

Esse discurso é facilmente apropriado pelo campo jurídico nos tribunais em defesa dos mais diversos interesses. Em se tratando de migrantes, estamos falando de povos sem tribunais, que se tornam órfãos dos direitos quando a crise se instala. As violações começam em situações como a perda de salários, direito à moradia, à saúde, à educação, à segurança e à vivência cotidiana entre os seus.

[...] um direito humano, por definição, é um direito moral universal, algo que todos os homens em todos os lugares, em todos os tempos, devem ter, algo de que ninguém pode ser privado sem uma afronta grave à justiça, algo que é devido a cada ser humano simplesmente porque ele é humano (ARIFA, 2016, p. 149).

Assim como as leis, a questão dos direitos humanos também é um tema que gera interpretações dos próprios operadores do direito, da população e dos que são atingidos pelas diferenças sociais. Tudo depende do referencial de cada ser que traz com isso diferentes valores.

Com o passar do tempo, apareceram as dificuldades, inclusive na capacidade de atendimento dessas pessoas pelo sistema burocrático brasileiro. No dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove, um ano depois da chegada dos primeiros grupos de venezuelanos, a

³ <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>

emissora afiliada à Rede Globo em Mato Grosso trazia uma nova realidade vivenciada pelas famílias que atravessaram a fronteira para tentar a vida no Brasil. A matéria dizia:

[...] De janeiro do ano passado até hoje, quase quatrocentos venezuelanos chegaram a Cuiabá fugindo da crise no país. Só que muitos não podem nem procurar trabalho porque não têm documentos. Os pedidos de refúgio na Polícia Federal estão demorando até três meses para serem analisados e, sem isso, eles não conseguem tirar a carteira de trabalho (TVCA, 2019).

Com isso, a reportagem aproveitou para mostrar a situação de venezuelanos em situação de rua, pedintes nas esquinas das ruas movimentadas de Cuiabá. Tomou, inicialmente, como exemplo a história do casal Ramires Lopez e Palácios Gusman, marido e mulher com dois filhos autistas. Reclamavam que não conseguiam atendimento na rede pública por falta de documentos. O Pai, Ramirez, que trabalhava em um supermercado onde morava, não conseguia trabalhar em Cuiabá, porque o único documento que havia conseguido era o CPF. Outro personagem da matéria, Pedro Urbano, havia chegado no Brasil fazia uma semana e estava pedindo dinheiro na rua. O pai de Pedro já estava há um ano trabalhando legalmente em Cuiabá, mas o filho ainda não podia procurar trabalho formal. Pedro relatou que foi à polícia federal para pedir o refúgio, mas tudo que conseguiu foi uma senha para ser atendido um mês depois.

De acordo com a reportagem, para tirar a carteira profissional, era preciso fazer o pedido de refúgio na PF. A alta demanda atrasava esse processo. A espera para receber o documento girava em torno de três meses. Por sua vez, a coordenadora do abrigo da pastoral do migrante explicou que sempre prestou ajuda aos migrantes, como preencher os documentos necessários. Com isso, a própria auditora fiscal do Ministério do Trabalho passou a dar expediente todas as tardes dentro do abrigo para encaminhar os migrantes para uma vaga de emprego.

É importante ressaltar que a Casa do Migrante só em 2018 prestou atendimento a 385 venezuelanos. Destes, 164 foram enviados pelo Governo Federal, mas a maioria era de pessoas que se deslocaram por conta própria. A narrativa do repórter prossegue dizendo que, de acordo com a Organização Internacional para Imigração das Nações Unidas, um em cada quatro venezuelanos que chegavam tinham curso superior, mas poucos conseguiram continuar trabalhando na área. A grande dificuldade é validar os diplomas no Brasil. Sobre a qualificação dos migrantes, a coordenadora da pastoral afirma, eles “são enfermeiros,

advogados, professores. Mas, eles já sabem que não vão conseguir um trabalho na sua profissão nesse primeiro momento”. Essa informação coaduna com o relatório OBmigra (2019) que apresenta queda dos trabalhadores venezuelanos qualificados em posto de trabalho no país.

Em seminário realizado na Universidade Federal de Mato Grosso sobre identidade que teve como uma das protagonistas a venezuelana Robelli Rojas, uma policial no país de origem, que veio para o Brasil em consequência da crise. Um dos pontos destacados por Rojas que, segundo ela, nem sempre é noticiado, é a qualificação dos migrantes. Para Rojas (2019) “grande número dos que atravessaram a fronteira já concluíram pelo menos duas faculdades, portanto, são preparados”. (depoimento pessoal).

REPORTAGEM SOBRE OS VENEZUELANOS: OS MAIS VULNERÁVEIS

Vários autores, dentre eles Freire (1997), identificou os excluídos como oprimidos, marginalizados e os últimos no estrato social. Isso ocorre também com os venezuelanos. Os indígenas venezuelanos trouxeram a representatividade da maior fragilidade e vulnerabilidade social dos migrantes. Com laços familiares e culturais fortes, eles apresentavam mais dificuldades para sobreviver em lugares desconhecidos. Desde antes dessa grande retirada dos povos originários de suas terras, já vivenciavam conflitos com o governo.

Diante dos acontecimentos políticos e sociais nos Estados Unidos, Europa e Ásia, os outros países da América Latina se configuram como uma “segurança” para os venezuelanos, vítimas da crise em seu país de origem. Cidadãos que, conforme relatos por meio da mídia, tinham as vidas consolidadas. Porém, havia uma outra parcela de migrantes em situação ainda mais fragilizada, os indígenas. Estes figuram entre os mais necessitados e chamam a atenção da imprensa, principalmente, pela vulnerabilidade a que estão expostos.

Os waraos, a segunda maior população indígena da Venezuela, tiveram de percorrer mais de 800 km do norte do país até a fronteira com o Brasil. Desnutrição e uma alta taxa de contaminação do vírus da Aids complicam a situação deles. Indígenas Pemones e Panares, do Sul da Venezuela, também começaram a chegar ao Brasil. Tradicionalmente vulneráveis em seu próprio país, no território brasileiro esses indígenas enfrentam outros desafios, como a dificuldade de se comunicar, já que não falam português.

Segundo reportagem da BBC, os índios Pemone já travavam em conflito com o governo de Nicolás Maduro por causa da decadência do turismo na região onde eles habitavam, desde os ancestrais. O turismo havia sido a maior fonte de renda dos Penome. Porém, com a crise humanitária no país, os turistas desapareceram da localidade, situação que obrigaram a explorar as riquezas minerais nas terras indígenas, conflitando com os interesses do governo.

Entre as denúncias, os Pemone afirmavam que a região teria sido militarizada para garantir a exploração garimpeira na região. O extermínio desses povos originários também pode ser visto como planos de ampliação econômica das classes dominantes.

Desde que começou a perder receitas do setor petrolífero e a sofrer sanções econômicas dos Estados Unidos, Maduro tem dito que a combalida economia venezuelana sobreviverá graças à exportação de riquezas minerais. Em 2016, o governo criou a Zona de Desenvolvimento Econômico Nacional do Arco Mineiro do Orinoco. Trata-se de uma tentativa de criar uma fonte alternativa de renda com base nas minas desta região, que se estende desde a fronteira com a Guiana, ao leste, até o Brasil, ao sul. Além de ouro, a região tem ferro, bauxita, diamantes e coltan (um tipo de minério rico em nióbio e em tântalo) em abundância (BBC, 2019).

Assim como os que saíram dos centros urbanos da Venezuela, os índios também fizeram o mesmo caminho, entrando por Pacaraima, em Roraima, e chegaram a Mato Grosso, buscando abrigo, principalmente, em Cuiabá, a capital do estado.

Em vinte e quatro de janeiro de dois mil e vinte, uma reportagem chamou atenção para um acampamento em frente à rodoviária de Cuiabá. Tratava-se dos indígenas venezuelanos que também buscavam moradia e trabalho. No caso, todos eram da etnia Warao. O grupo composto de uma família de vinte e uma pessoas, quinze adultos e seis crianças, que vivem de doações. De acordo com a reportagem, eles já estavam no Brasil fazia mais de um ano. Sem documentos, tiveram dificuldades para conseguir emprego.

Hector José Moreno, um dos componentes do grupo, informou que eles estão acostumados a carregar peso, a ajudar no que for preciso e que queriam trabalhar para conseguirem algo melhor. Henrique Lopes, um dos líderes do grupo, relatou: *“Na Venezuela, é muito difícil morar. Se você trabalha só dá para um dia. O preço dos alimentos é muito caro”* (depoimento em 24/01/2020). Eles procuraram a Casa do Migrante, mas no período, a casa com capacidade para cem pessoas abrigava cento e trinta. A coordenadora disse: *“eles são uma célula familiar muito unida. Então, eles não se separam, e isso é muito complicado*

porque no abrigo às vezes a gente tem três, quatro vagas, tem para uma família aqui, outra família em outro abrigo. Para todos no mesmo local é muito difícil.” (depoimento em 24/01/2020). Por sua vez, até a secretaria de assistência social do município foi acionada, e os próprios indígenas não aceitaram ir para os albergues do município, porque homens, mulheres e crianças não ficam nas mesmas unidades.

Diante dos fatos narrados sobre os indígenas, é possível observar que, além da luta pelos direitos, torna-se imprescindível a análise de elementos que vão muito além do processo migratório, do fator cultural e da luta pela garantia do direito pelas terras herdadas dos ancestrais. Sobre isso Krenak (2019, p. 26) diz:

Esse território está sendo assolado pelo garimpo, ameaçado pela mineração, pelas mesmas corporações perversas que já mencionei e que não toleram esse tipo de cosmos, tipo de capacidade imaginativa e de existência que um povo originário como os Yanomami é capaz de produzir.

A narrativa de Krenak se articula com as histórias dos Pemone e Warao. Tudo passa pela cultura das etnias que preservam os laços familiares por questões afetivas e, provavelmente, pela segurança do grupo, situações que fazem da proximidade e do contato físico ainda mais significativos.

A originalidade da comunicação do outro como rosto/corpo encontra-se, portanto, na convocação e eleição que o outro inaugura diante da subjetividade para que possa se constituir como responsabilidade. Por isso, a linguagem da aproximação do outro como corpo/rosto traz consigo a significância ética ao se fazer próximo (RIBEIRO, 2015, p. 101).

Diante do exposto, fica evidenciado que a migração é um tema de profunda complexidade, por se tratar de fatores que dizem respeito aos valores mais singulares do ser humano, entre eles, a dignidade. As notícias veiculadas apresentam um panorama real das dificuldades registradas, tanto pelos migrantes como pelos setores que os atenderam em solo brasileiro, a partir das entradas pela fronteira em Roraima. Entretanto, o venezuelano é acolhido e facilmente identificado pela imagem latina, mas a história é contada muito mais por outros do que por ele próprio; no caso, os repórteres e as autoridades, situação que o coloca na condição de subalterno.

Nesse contexto, Spivak (2010, p. 40) levanta uma questão relevante. “São mudos aqueles que agem e lutam, em oposição àqueles que agem e falam? e conclui: “esses problemas imensos estão encravados nas diferenças das “mesmas” palavras: consciousness e conscience em inglês, representação e “re-presentação”. Acredita-se que seja provável que se trate de um modelo de comunicação que ainda encontra respaldo nos relatos trágicos e de fragilidades, mas é preciso, que as próprias fontes tenham o direito a se expressar, comunicar e falar a própria versão e visão de mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Destaca-se que a cobertura jornalística faz o esforço e busca se isentar de análise acerca do que é noticiado por parte do jornalista, porém, a noticiabilidade do acontecimento e a condução do assunto permite ao telespectador construir opiniões e tirar as conclusões. Entretanto, o lugar de fala do principal interessado dentro da peça jornalística, neste estudo, o migrante, as suas narrativas não são contempladas. Percebe-se, nesse caso, que o personagem principal se encontra também numa situação de subalternidade, o que é entendido por Spivak (2010) como a história dos excluídos e subalternos contada por outros agentes sociais e tem muito pouco da fala do próprio sujeito.

O encadeamento das falas, imagens e outros recursos de edição fazem a lógica da notícia. A partir de levantamentos e compilação de dados, constroem-se as reportagens com personagens da história e autoridades que respondem pelas instituições responsáveis para atender os migrantes no estado, nos municípios e nas entidades de apoio. Ainda que se registre um distanciamento de um conteúdo analítico, o que demonstra a linha editorial do veículo, vários pontos que exigem resolução pela relevância das questões apresentadas ficam claros, como as necessidades urgentes de trabalho, moradia e a falta de documentação, fatores que levam à exclusão e à perda dos direitos universais.

Entre os problemas que aparecem na evolução da cobertura, está a desigualdade entre os venezuelanos, ainda que todos estivessem em situação idêntica, como refugiados. A desigualdade mais acentuada é demonstrada entre os que vieram dos centros urbanos e os indígenas, situação que gera inclusive uma crise institucional, já que se torna ainda mais difícil até para a acomodação dessa parcela de migrantes pertencentes aos povos originários.

Os indígenas, além de pensarem de forma orgânica, são fortemente ligados aos laços familiares. Trazem um histórico da luta pelas terras.

Por fim, considera-se que a violação dos direitos humanos fica patente nas narrativas, a partir do momento em que os venezuelanos deixam o país de origem em consequência de uma crise humanitária. Fatores como desemprego, agravados pela inflação e escassez de alimentos, haveriam gerado, além da fome, a insegurança sob todos os aspectos. Dessa forma, evidencia-se que é imprescindível que a mídia trabalhe e aborde as demais fontes da notícia para cumprir com o seu papel e ser um elo importante entre as instituições e os atores que fazem a notícia, dando a oportunidade de a população adquirir o poder de análise e discernimento da realidade.

REFERÊNCIAS

ARIFA, Bethânia, I, A. O conceito e o discurso dos direitos humanos: realidade ou retórica? **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a. 17 – n. 51, p. 145-173 – jan./jun. 2018.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EdUSP, 1997.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: 2008.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** ed. 9, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MARTINHO, C. L. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

RIBEIRO L, M. **A subjetividade e o outro**: Ética da responsabilidade em Emanuel Levinas. São Paulo: Ideias & Letras, 2015.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo. EDUSP, 1998.

SPIVAK, G, C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VIDIGAL, Lucas. Total de pessoas deslocadas no mundo quase dobram em 10 anos. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/18/total-de-pessoas-deslocadas-no-mundo-quase-dobra-em-10-anos-diz-agencia-da-onu.ghtml>. Acesso em 18/06/2020.

WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.